

Relatório e Contas

31 dezembro 2024



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Obrigações Curto Prazo

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	10
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr)	10
1.4. Evolução das unidades de participação	11
1.5. Performance	11
1.6. Custos e proveitos	13
1.7. Demonstração do património	13
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	14
1.9. Valorimetria	14
1.9.1. Valores mobiliários	14
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	15
1.9.3. Instrumentos derivados	16
1.9.4. Câmbios	16
1.10. Remunerações atribuídas	16
1.11. Política de voto	17
1.12. Erros de valorização	17
1.13. Eventos subsequentes	17
2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)	18
3. Relatório de Auditoria	30
4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024	34
5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024	37
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024	39
7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024	41

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O primeiro semestre iniciou com o renovado otimismo num cenário de *soft landing*, o que fez com que os ativos de risco mantivessem a dinâmica positiva de novembro e dezembro do ano anterior. A economia dos EUA cresceu +3,3% anualizado no quarto trimestre de 2023, enquanto a taxa de desemprego se manteve em 3,7%. O índice de sentimento do consumidor atingiu um máximo de dois anos e meio, fazendo eco de sondagens anteriores. Apesar do crescimento lento, a Zona Euro conseguiu evitar recessão técnica em 2023, com o PIB a manter-se estável.

Esta dinâmica ajudou as ações globais, com o S&P 500 (+1,7%) e o STOXX 600 (+1,5%) a alcançarem o terceiro ganho mensal consecutivo, apesar de as ações de bancos regionais nos EUA terem caído após os resultados negativos de bancos de dimensão média terem arrastado o Índice Bancário Regional KBW (-6,8%). As ações chinesas não partilharam os ganhos, devido às preocupações com as perspetivas económicas no país, nomeadamente com a contração do setor imobiliário, tendo o CSI 300 caído -6,3%.

Com os ataques dos rebeldes Houthi a navios comerciais no Mar Vermelho a causarem graves perturbações na cadeia de abastecimento, a geopolítica voltou a estar no foco dos investidores. Por sua vez, os EUA e o Reino Unido lançaram ataques aéreos contra os rebeldes Houthi, causando a subida dos preços de petróleo (Brent + 6,1%). As taxas de frete aumentaram significativamente, com o Índice Mundial de Contentores da Drewry a atingir os \$3.964 por contentor. Os custos quase triplicaram desde o final de outubro, depois de mínimos pós-pandemia.

As obrigações soberanas também sofreram com a mensagem, por parte dos bancos centrais, de que cortes de taxas de juro no primeiro trimestre seriam prematuras, cortes esses que estavam totalmente descontados pelos mercados. Nesse sentido a probabilidade de cortes do BCE em março cedeu de 65% para 23%. No final do mês, os títulos do Tesouro dos EUA tinham caído -0,2%, enquanto as obrigações soberanas do euro tinham caído -0,6%.

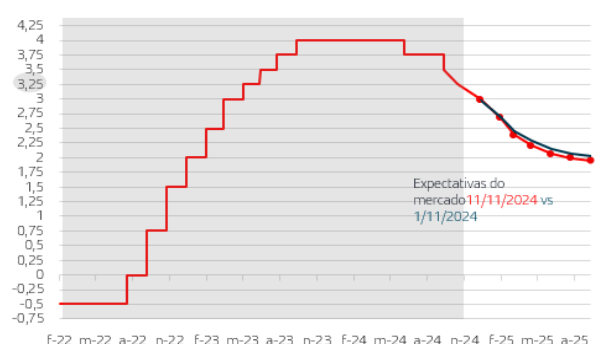
O mês seguinte ficou caracterizado pela continuação da forte performance dos ativos de risco, com vários índices de ações a atingirem máximos históricos. Nos Estados Unidos o S&P 500 ultrapassou a marca dos 5.000 pontos pela primeira vez e, no Japão, o Nikkei ultrapassou o seu anterior recorde de 1989.

Em termos macro, os dados globais continuavam a ser robustos na sua maioria e a esperança de um *soft landing* aumentava. Os EUA mostraram um aumento de 353 mil postos de trabalho, juntamente com revisões positivas para os dois meses anteriores.

No que diz respeito à inflação, registaram-se novas surpresas, o IPC dos EUA para janeiro registou a evolução mensal de +0,4%, o que elevou a taxa anualizada dos últimos 3 meses para +4,0%. Isto suscitou receios de que o caminho para o objetivo de 2% não seria fácil e levantou questões sobre se a economia enfrentaria uma "não aterragem".

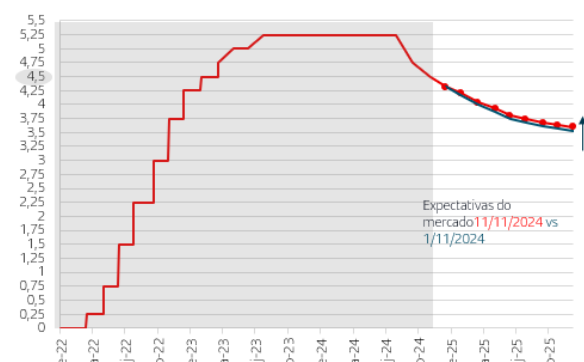
Expectativas da taxa Depo com base nos forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



Futuros de taxas dos FED Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



Com a inflação acima do objetivo e o crescimento a manter-se forte, os investidores adiaram, mais uma vez, o calendário de futuros cortes nas taxas. Como resultado, as *yields* das obrigações soberanas subiram e as obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos (-1,4%) registaram o seu pior desempenho mensal desde setembro de 2023.

Da mesma forma, na Zona Euro, os investidores reduziram as expectativas de cortes até dezembro de 1,6% para 0,91%, tendo as obrigações soberanas europeias a 10 anos cedido -1,2%.

Março marcou o fim de um trimestre altamente surpreendente no que toca aos dados económicos globais, e consequentemente positivo para os mercados acionistas, aumentando as esperanças

dos investidores no *soft landing*. A economia dos EUA cresceu 3,4% no primeiro trimestre, com os postos de trabalho a aumentarem 229 mil em janeiro e 275 mil em fevereiro. Na Zona Euro, o crescimento no primeiro trimestre manteve-se estável, contrariamente às estimativas anteriores de uma queda de -0,1%. O PMI composto *flash* da Zona Euro atingiu um máximo de 9 meses de 49,9 em março, indicando um crescimento contínuo.

Este cenário teve um efeito positivo nos ativos de risco, com o S&P500 (+10,6%) e o STOXX 600 (+7,8%) a atingirem recordes no trimestre com subidas consecutivas desde janeiro. Esta performance também se alastrou a outros ativos de risco, com os *spreads* de *High Yield* a estreitarem, o petróleo a subir e as criptomoedas a atingirem valores perto dos máximos históricos. Contudo, este desempenho esteve praticamente todo concentrado nas 7 magníficas e o restante índice subiu apenas 7,9% no trimestre.

Por outro lado, a performance dos ativos chamados seguros, acabou por sofrer neste contexto, com as obrigações de governos a caírem (US Treasuries -1%; Euro Sovereigns -0,7%; e UK Gilts -1,8%) devido às surpresas na inflação norte americana nos primeiros meses. Com a contínua resiliência da economia norte-americana e a indicação da Fed do adiamento de cortes de taxa, os mercados ajustaram as suas expectativas de Yield.

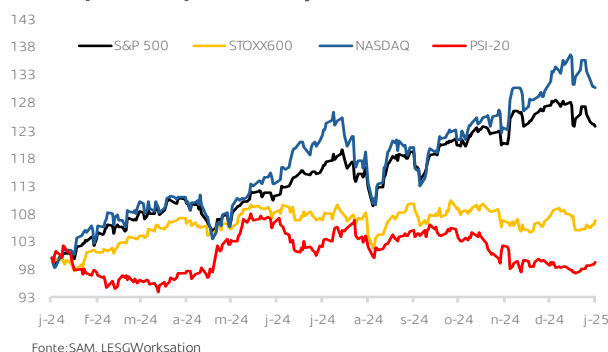
No entanto, após a primeira subida de taxa do Banco do Japão de há décadas, o Banco Central Suíço trilhou o caminho de cortes de taxa, baixando a taxa de referência em 0,25% para 1,50%.

Abril foi palco de correções em todos os ativos após uma série de números económicos inesperados. Pela primeira vez desde outubro de 2022, o ISM voltou a estar na zona de expansão e o indicador de preços pagos atingiu o seu ponto mais alto desde julho de 2022. Nos EUA, no mês de março, os empregos aumentaram em +303k. Mais importante ainda, a inflação core dos EUA aumentaria 0,4% em março pelo terceiro mês consecutivo. Como resultado, tornou-se mais difícil explicar que os melhores números de janeiro e fevereiro haviam sido exceção e, em reação, as *yields* das obrigações de governo dos EUA a 10 anos tiveram o maior aumento diário desde setembro de 2022. Estes desenvolvimentos levaram o Presidente da Fed, Jerome Powell, a comentar que os dados não deram maior confiança no rumo da inflação e que provavelmente iria demorar mais tempo a atingir o objetivo dos 2%.

Por conseguinte, houve uma mudança discernível por parte dos investidores a favor de um ciclo de flexibilização de taxas mais gradual o que também contagiou as obrigações europeias. Os Bunds (-1,8%), os OATs (-1,5%) e os BTPs (-1,1%) registaram descidas mensais, mas a um ritmo mais lento do que as US Treasuries (-2,4%). De facto, os swaps de índices overnight estavam a cotar com uma probabilidade de 87% de uma descida das taxas até ao final do mês, refletindo as expectativas persistentes nos mercados de que o BCE iria baixar as taxas na sua próxima reunião, em junho.

Neste contexto, as ações registaram perdas com o S&P 500 a ceder -4,1%. Apesar de uma recuperação no fim do mês, esta continuou a ser bastante estreita, e os 7 magníficos (-2,3%) voltaram a bater o S&P 500. Em contrapartida, o índice Russell 2000

Evolução das ações desde janeiro 2024



de pequena capitalização (-7,0%) registou o seu pior desempenho mensal desde setembro de 2022. O índice MSCI EM registou um retorno total de +0,4% em abril, enquanto o STOXX 600 (-0,8%) na Europa registou uma inversão após cinco semanas consecutivas de avanços.

Ao longo de abril, os mercados também se debateram com a escalada das tensões geopolíticas, especialmente no Médio Oriente causando o VIX a atingir os valores mais altos deste ano. No entanto, os preços do petróleo desceram novamente no final do mês, à medida que as tensões diminuíram e foi evitada uma nova escalada

Brent (+0,4%, \$87,86/b).

O mês maio teve um bom começo, depois de a Fed descansar os mercados quanto à possibilidade de uma próxima subida, tendo, além disso, afirmado que iria atrasar o ritmo da redução do seu balanço. Isto foi ajudado pelo relatório de emprego dos EUA para abril terem crescido apenas 175 mil, o menor valor em seis meses, o crescimento mais lento do emprego ajudou a aliviar as preocupações de que a economia estava em sobreaquecimento.

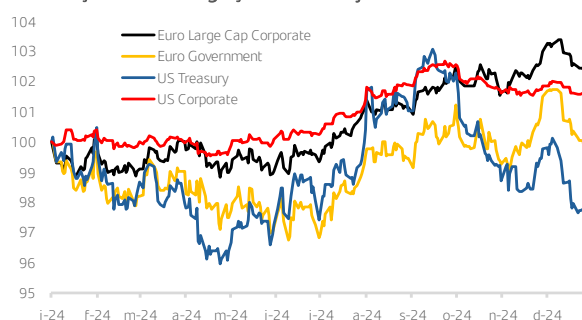
Em meados do mês, os dados de inflação dos EUA de abril revelaram um IPC core de +0,29%, a taxa mais fraca deste ano.

Este contexto conduziu as ações a novos máximos históricos para S&P500 (+5,0%) e o STOXX 600 (+3,5%). Os títulos do Tesouro dos EUA recuperaram, com *yield* a 10 anos a encerrar em 4,34% em 15 de maio, contra 4,68% em abril. Os preços do petróleo caíram em maio devido a um clima geopolítico mais calmo em comparação com abril, apoiando ainda mais esta tendência.

No entanto, a partir de meados do mês, a resiliência económica e uma inflação superior à prevista reforçou a narrativa sobre as taxas de juro "mais altas por mais tempo", levando os mercados a prever uma sequência muito mais gradual de descidas das taxas.

Na Europa, o PMI provisório da Zona Euro para maio atingiu um máximo de 12 meses, enquanto o BCE informou que os salários negociados aumentaram de +4,5% para +4,7% em termos anuais. Em maio, o IPC core aumentou para 2,9%. No final do mês, os investidores esperavam apenas 55bps de redução das taxas do BCE em dezembro, contra 66bps em abril. Ao longo de maio, a *yield* alemã a 10 anos aumentou 8 pontos base para 2,66%, com a venda de obrigações soberanas em toda a Zona Euro.

Evolução das obrigações desde janeiro 2024



	2024	2025e
PIB EUA	2,70%	2,40%
Inflação EUA	3,00%	2,20%
PIB Zona Euro	0,70%	1,10%
Inflação Zona Euro	2,40%	2,20%
PIB Portugal	1,60%	1,80%
PIB Espanha	3,10%	2,50%
PIB China	4,50%	4,40%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

A nível mundial, as obrigações do Tesouro estiveram sob pressão. Nos EUA, o Conference Board informou que a confiança dos consumidores melhorou em maio, enquanto as atas da Fed declararam que vários participantes expressaram a sua vontade de aumentar a reestruturabilidade da política monetária se surgissem riscos inflacionistas. Os membros da Fed foram mais restritivos no seu discurso, com o Governador Waller a afirmar que necessitava de mais dados antes de se sentir confortável em alterar o rumo da política monetária. Da mesma forma, o Vice-Presidente da Fed afirmou que deveriam ficar parados até a política monetária exercer os seus efeitos na economia. O mês de junho viu o Banco Central Europeu (BCE) anunciar a sua primeira redução de taxas desde a pandemia, baixando a sua taxa de depósito em 25 pontos base para 3,75%.

Apesar de a Reserva Federal dos EUA não ter reduzido as taxas no segundo trimestre, o relatório de inflação de maio, revelou a inflação mais baixa desde agosto de 2021. Este facto serviu para reforçar as previsões de que a Reserva Federal continuaria a reduzir as taxas de juro e, na reunião de junho do FOMC, o ponto mediano continuou a indicar uma descida das taxas até ao final do ano. No entanto, as obrigações soberanas continuaram a registar dificuldades ao longo de todo o segundo trimestre, não conseguindo ganhar qualquer tração fazendo com que as obrigações norte-americanas a 10 anos aumentassem 20 pontos base na sua *Yield* (4,40%) durante o trimestre.

Com a realização das eleições para o Parlamento Europeu no início de junho, os desenvolvimentos políticos voltaram a estar no centro das atenções. O Presidente francês, Macron, anunciou a realização de eleições legislativas antecipadas, com a primeira volta marcada para 30 de junho. Na semana seguinte ao anúncio das eleições, o *spread* franco-alemão a 10 anos aumentou 29 pontos base, em resultado da significativa venda de ativos franceses. Com exceção da crise da dívida soberana em 2011, este foi o maior aumento semanal do *spread*. Além disso, este foi o pior resultado semanal para o CAC 40 desde março de 2022. No geral, o segundo trimestre marcou o pior desempenho trimestral do CAC 40 nos últimos dois anos (-6,6%), enquanto o *spread* franco-alemão a 10 anos aumentou +29bps para 80bps. O diferencial franco-alemão a 10 anos não registava um aumento tão grande numa base trimestral desde o quarto trimestre de 2011, durante o auge da crise soberana do euro.

A diferença persistente entre as ações das empresas com Mega capitalização e as restantes foi outra tendência recorrente durante o trimestre. No segundo trimestre, por exemplo, as 7 magníficas ganharam mais 16,9%, contribuindo para o terceiro ganho trimestral consecutivo de 4,3% do S&P 500. No entanto, houve fraqueza noutros sectores, com o Russell 2000 de pequena capitalização a cair -3,3% e o S&P 500 de igual ponderação a cair -2,6%. Após um ganho muito robusto de +21,6% no primeiro trimestre, o STOXX 600 na Europa subiu apenas 1,6% e o Nikkei no Japão desceu 1,9%.

Julho começou com um forte rally nos mercados. O S&P 500 subiu em 10 das primeiras 11 sessões, atingindo um máximo histórico a 16 de julho. O rendimento *treasuries* a 10 anos caiu de 4,40% no final de junho para 4,16% a 16 de julho. Dados económicos fracos aumentaram as expectativas de cortes nas taxas pela Fed até setembro. O IPC dos EUA a 11 de julho mostrou o núcleo mais fraco desde janeiro de 2021, reduzindo a taxa anualizada de 3 meses do núcleo do IPC para +2,1%, a mais baixa desde março de 2021. Isto levou os investidores a preverem cortes nas taxas, com o montante de cortes previsto pela reunião de dezembro da Fed para 72,5 pontos base. No final do mês, os mercados de futuros previam 100% de probabilidade de um corte até setembro, e o presidente da Fed, Powell, sugeriu uma possível redução das taxas na próxima reunião.

Apesar do sentimento positivo geral do mercado, alguns relatórios de resultados levantaram dúvidas sobre o rally das ações de tecnologia. Os 7 magníficos atingiram um máximo histórico a 10 de julho, mas depois sofreram uma queda significativa, terminando o mês mais de 10% abaixo do seu pico, incluindo uma queda de -5,88% a 24 de julho. Por outro lado, as ações de pequena capitalização beneficiaram da perspetiva de cortes nas taxas, com o Russell 2000 a subir +10,2% em termos de retorno total. Isto marcou a maior superação do Russell 2000 sobre o NASDAQ desde fevereiro de 2001.

Os preços das *commodities* também caíram, apoiando a movimentação em direção aos cortes nas taxas. O petróleo Brent (-6,6%) teve o seu valor mínimo do ano neste período. Os metais industriais e os preços dos alimentos também caíram.

Os eventos políticos também desempenharam um papel nos mercados, com as eleições legislativas francesas a serem um foco importante. O spread de 10 anos entre a França e a Alemanha estreitou-se em -9,0 pontos base em julho, tranquilizando os mercados ao reduzir a probabilidade de grandes mudanças políticas.

Agosto começou com preocupações sobre uma recessão nos EUA. O relatório de emprego de 2 de agosto revelou um aumento de apenas 114 mil empregos em julho, abaixo dos 175 mil esperados, e a taxa de desemprego subiu para 4,3%. Este relatório veio após o Banco do Japão aumentar as taxas, fortalecendo o iene e enfraquecendo o dólar devido às expectativas de cortes pela Fed. Isso afetou o *carry trade* do iene.

Em 5 de agosto, os mercados japoneses caíram acentuadamente (TOPIX -12,2%), e a volatilidade global aumentou, com o índice VIX atingindo os 65,73 pontos. O S&P 500 teve seu pior desempenho desde setembro de 2022, cedendo 3,0%. No auge da turbulência, os futuros previam um corte de 0,50% na taxa de juro da Fed em setembro.

A calma voltou com notícias positivas sobre a economia dos EUA, incluindo pedidos de subsídio de desemprego mais baixos e vendas a retalho positivas em julho. Comentários do vice-governador do Banco do Japão também ajudaram a acalmar os mercados.

No final do mês de agosto, o Presidente da Fed reforçou a expectativa de cortes nas taxas de juro em Jackson Hole. Dados do IPC dos EUA mostraram uma queda na inflação core para 3,2%, o nível mais baixo desde abril de 2021, sugerindo possíveis cortes de 50 pontos base.

Isso levou a uma recuperação rápida: o S&P 500 encerrou o mês a subir 2,4%, o STOXX 600 da Europa subiu 1,6%, e o Nikkei do Japão caiu 1,1%. As obrigações soberanas também subiram, com os *treasuries* dos EUA aumentando 1,3% e os soberanos europeus 0,4%. O ouro subiu 2,3%, beneficiando do ambiente de taxas mais baixas.

Setembro marcou o fim de um verão turbulento, com o desmontar da *carry trade* e dados de emprego fracos nos EUA a causar volatilidade. No entanto, os mercados recuperaram rapidamente. Os bancos centrais adotaram uma postura mais *dovish*, com a FED a reduzir as taxas de referência em 50 pontos base na reunião de setembro, o primeiro corte desde março de 2020. Isto tranquilizou os investidores, que passaram a descontar um ciclo mais rápido de flexibilização, totalizando 120bps até 2024.

O Banco do Japão também acalmou os investidores, com o Vice-Governador Uchida a afirmar que não aumentaria a taxa de juro diretora em mercados instáveis. A recuperação dos dados económicos dos EUA também ajudou, com pedidos semanais de subsídio de desemprego a cair de 241 mil no início de agosto para 224,75 mil em 20 de setembro, o valor mais baixo desde maio. O relatório de agosto mostrou um aumento de 142 mil novos empregos e a taxa de desemprego a cair para 4,2%.

Os mercados desafiaram a tendência negativa de setembro dos últimos anos. O S&P 500 subiu 2,1%, o agregado de obrigações globais da Bloomberg aumentou 1,7%, e os títulos do Tesouro dos EUA subiram 1,2%, marcando o quinto avanço consecutivo. O Brent foi uma exceção, com uma queda de 8,9%, o pior desempenho mensal desde novembro de 2022.

Houve uma rotação notável nas ações tecnológicas, com serviços públicos (+19,4%), industriais (+11,6%) e financeiro (+10,7%) liderando os ganhos. O grupo dos 7 Magníficos subiu apenas 5,4% no 3º trimestre, com o NASDAQ subindo 2,8%. Foi o primeiro trimestre desde 2022 em que o S&P 500 superou os 7 Magníficos.

O principal acontecimento de novembro foi a eleição de Donald Trump nos EUA e o domínio republicano na Câmara dos Representantes e Senado. As ações norte-americanas tiveram um desempenho excepcional, com o S&P 500 a atingir +5,9% de retorno total, o seu melhor desempenho mensal de 2024 até à data. O S&P 500 *equal weighted* teve ganhos superiores a +6,4%. O forte desempenho dos ativos de risco dos EUA foi apoiado pela robustez dos dados económicos, com pedidos iniciais de

subsídio de desemprego semanais a diminuir e a média móvel de quatro semanas a cair para 217 mil. O índice de serviços *ISM* para outubro foi 56,0 e o índice de confiança do consumidor para novembro aumentou para 111,7, o nível mais alto desde julho de 2023.

No entanto, ativos reagiram negativamente às declarações de Trump sobre tarifas de 25% sobre bens do México e Canadá, e uma tarifa adicional de 10% sobre a China. O Philadelphia Semiconductor Index caiu -0,4% em novembro, e o NASDAQ Golden Dragon China Index desceu -3,5%.

Em França, a situação política deteriorou-se, levando a especulações sobre a estabilidade do governo, com o CAC 40 a cair -1,5%. O spread entre obrigações franco-alemãs a 10 anos aumentou +7bps, atingindo 81bps. A geopolítica destacou-se com a Ucrânia a realizar o primeiro ataque com ATACMS dos EUA na Rússia, enquanto Putin aprovou uma alteração à doutrina nuclear. Esta situação aumentou as preocupações sobre uma escalada do conflito, e os futuros do gás natural europeu subiram +17,8%.

No Médio Oriente, um cessar-fogo entre Israel e Hezbollah exerceu pressão descendente sobre os preços do petróleo. A dúvida sobre a redução rápida das taxas pela Fed aumentou após a declaração de Powell de que a economia não indica urgência para reduzir as taxas. A inflação core atingiu um pico de 7 meses em outubro (+0,27% no mês), e a antecipação de uma política mais *hawkish* fortaleceu o dólar em novembro, com o índice do dólar a subir +1,7%.

Na Europa, os investidores estimaram que o BCE baixaria as taxas mais rapidamente, fazendo o euro cair -2,8% em relação ao dólar, terminando em \$1,058.

Em dezembro o habitual "impulso de natal" dos mercados foi mais escasso devido à orientação da Fed para uma posição mais restritiva. Apesar do S&P 500 ter terminado o mês com uma queda de 1,2%, o Nasdaq registou um retorno de +1,64%.

A Reserva Federal (FED) reduziu a sua taxa de juro de referência em um quarto de ponto percentual, para uma faixa de 4,25%-4,50%, indicando uma abordagem mais cautelosa para futuros cortes de taxas. A nova previsão da Fed sugere apenas mais dois cortes em 2025, em vez dos quatro anteriormente previstos, refletindo a resiliência da economia e a inflação persistente. A economia dos EUA expandiu-se a uma taxa anualizada de 3,1% no terceiro trimestre de 2024, superando tanto a segunda estimativa de 2,8% como a taxa de crescimento de 3% no segundo trimestre. A taxa de inflação anual subiu ligeiramente para 2,7% em novembro, com a inflação do índice de despesas de consumo pessoal (PCE) a subir para 2,4%.

Na Europa, o STOXX 600 fechou o ano com uma queda de 1,5% em dezembro. O Banco Central Europeu (BCE) reduziu os custos de empréstimo, diminuindo a sua taxa de depósito em um quarto de ponto percentual, para 3%. Este foi o quarto corte de taxa do BCE no ano, em ambiente de instabilidade política e com a ameaça de uma guerra comercial com os EUA. A inflação na Zona Euro em novembro foi de 2,2%, e o crescimento económico continuou fraco, com o BCE a rever a sua previsão de crescimento do PIB em 2025 para 1,1%.

No Reino Unido, o índice FTSE 100 caiu 2,2% em dezembro. A inflação no Reino Unido aumentou para 2,6% em termos anuais em novembro, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis e dos têxteis. O Banco de Inglaterra manteve a sua taxa de referência em 4,75%, com uma abordagem cautelosa para futuros cortes devido à incerteza económica. A economia britânica estagnou no terceiro trimestre de 2024.

Em contraste, os mercados de ações chineses e japoneses terminaram o ano positivamente. O Banco do Japão manteve as taxas de juro inalteradas, com o índice de preços ao consumidor anual do Japão a subir para 2,7% em novembro. O PIB do Japão cresceu 0,3% no terceiro trimestre de 2024. O mercado de ações da China superou expectativas, impulsionado pelo apoio à política interna e uma mudança na política monetária. A China anunciou uma política monetária "apropriadamente permissiva" em 2025 para apoiar o crescimento económico, com a inflação anual a diminuir para 0,2% em novembro.

Economia Portuguesa

Em 2024, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, com o Produto Interno Bruto (PIB) a aumentar 1,7%. Este crescimento foi impulsionado por uma recuperação gradual da atividade económica, após os desafios enfrentados nos anos anteriores. Para 2025, espera-se um crescimento mais robusto de 2,2%, refletindo uma melhoria nas condições económicas globais e um aumento da confiança dos consumidores e investidores.

A inflação, que foi um dos principais desafios em 2023, registou uma redução significativa em 2024. A taxa de inflação caiu de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, graças a uma combinação de políticas monetárias eficazes e uma estabilização dos preços das matérias-primas. Para 2025, prevê-se que a inflação continue a diminuir, atingindo 2,1%, o que deverá contribuir para um ambiente económico mais estável e previsível.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se estável em 6,4% em 2024, refletindo uma recuperação contínua do emprego. O crescimento do emprego foi de 1,3% em 2024, com uma previsão de crescimento de 0,8% em 2025. Estes números indicam uma melhoria gradual nas condições do mercado de trabalho, embora ainda haja desafios a serem superados, especialmente em setores mais vulneráveis.

As finanças públicas também mostraram sinais positivos em 2024. O saldo orçamental foi de 0,6% do PIB, indicando uma gestão fiscal prudente e eficaz. No entanto, para 2025, prevê-se um ligeiro défice de -0,1% do PIB, refletindo a necessidade de continuar a apoiar a recuperação económica através de medidas fiscais. A dívida pública, que era de 97,9% do PIB em 2023, diminuiu para 91,2% em 2024, com uma previsão de redução para 86,5% em 2025. Esta trajetória descendente da dívida pública é um sinal positivo de sustentabilidade fiscal a longo prazo.

O consumo privado, um dos principais motores do crescimento económico, cresceu 3,0% em 2024. Este aumento foi impulsionado por um aumento do rendimento real disponível, que subiu 7,1% em 2024, refletindo melhorias nos salários e nas condições de emprego. Para 2025, espera-se que o consumo privado continue a crescer, embora a um ritmo ligeiramente mais lento de 2,7%. A taxa de poupança estabilizou-se ligeiramente acima de 11% em 2024, indicando uma maior capacidade das famílias para poupar.

O investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), teve um crescimento modesto de 0,5% em 2024. No entanto, para 2025, prevê-se um aumento significativo de 5,4%, impulsionado por um ambiente de negócios mais favorável e por políticas de incentivo ao investimento. Este aumento no investimento é crucial para sustentar o crescimento económico a longo prazo e para melhorar a competitividade da economia portuguesa.

No comércio externo, as exportações cresceram 3,9% em 2024, refletindo uma recuperação da procura externa e uma melhoria na competitividade das empresas portuguesas. Para 2025, prevê-se um crescimento das exportações de 3,2%. As importações, por outro lado, aumentaram 5,2% em 2024, impulsionadas pelo aumento do consumo e do investimento. Para 2025, espera-se um crescimento das importações de 4,7%, refletindo uma economia em expansão.

A política orçamental em 2024 foi expansionista, com um aumento da despesa pública e a implementação de novas medidas fiscais destinadas a apoiar a recuperação económica. Estas medidas incluíram investimentos em infraestruturas, apoio às empresas e programas sociais. Para 2025, prevê-se a continuação desta orientação expansionista, com um foco particular em medidas que promovam a sustentabilidade a longo prazo e a inclusão social.

Em resumo, 2024 foi um ano de recuperação e estabilização para a economia portuguesa, com sinais positivos em várias áreas. As previsões para 2025 são otimistas, com expectativas de crescimento económico mais robusto, inflação controlada e melhorias contínuas no mercado de trabalho e nas finanças públicas. No entanto, será crucial manter políticas eficazes e adaptáveis para enfrentar os desafios futuros e garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

Fontes: DeutscheBank Research: Early Morning Read Performance reviews: January-December. SAM internal data. LSEG Workstation; Boletim Económico do Banco de Portugal Dez 2024.

1.2. Política de Investimento

Durante o último ano, o Banco Central Europeu iniciou um ciclo descendente das taxas de juro, diminuindo a taxa de juro dos depósitos em 100p.b. para 3,0%. Espera-se que as taxas de juro continuem nesta trajetória, mas a magnitude e o momento das descidas dependerão dos dados de inflação e de crescimento. No final do ano, o mercado esperava que ocorressem novos cortes nas taxas de juro em 2025, para níveis de 1,75-2,00%.

O fundo Santander Obrigações Curto Prazo é um fundo com uma política de investimento conservadora, uma vez que mais de 50% da carteira deve ser aplicada em ativos com maturidade inferior a um ano. Esta parte da carteira é composta maioritariamente por obrigações de crédito (27%), das quais 20,4% são de taxa fixa e 6,6% de taxa variável. Adicionalmente, há 19,1% em dívida soberana de França, Itália, Portugal e Espanha, e 3,9% em papel comercial.

Por outro lado, mais de 20% dos ativos do fundo devem ter uma maturidade superior a 2 anos. Aqui existem principalmente obrigações de crédito de taxa fixa (14,3%), mas também existem obrigações corporativas de taxa variável (7%) e dívida pública e semipública (2,1%).

No total, o fundo tem 70,3% investido em obrigações de crédito, um nível um pouco inferior ao do início do ano, sendo 47,7% em obrigações de taxa fixa e 22,6% em obrigações de taxa variável. O peso da dívida pública e semipública aumentou para 20% uma vez que a sua maior liquidez permite operações de valor relativo. O peso do papel comercial é de 3,9%.

Todos os ativos estão denominados em euros, pelo que não existe risco cambial.

A incerteza sobre a magnitude e o momento das novas reduções das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu levou-nos a uma gestão conservadora da *duration*, que começou o ano em 9 meses, cedeu para 6,5 meses em setembro e encerrou o ano em 8,5 meses. A maturidade média dos ativos iniciou o ano em 1,04 anos, aumentou para 1,24 anos em junho e cedeu em setembro para níveis próximos de 1,08 anos, onde encerrou o ano. A diferente evolução da maturidade e *duration* do fundo deveu-se à compra de obrigações de taxa variável e de algumas obrigações de taxa fixa que têm a possibilidade de recompra pelo emitente um ano antes do seu vencimento e que, caso não sejam recompradas, tornam-se obrigações de taxa variável.

Em 2025 manteremos a atual gestão, diversificando os ativos e sendo prudentes, principalmente na compra de ativos com mais de 2 anos, que são os que contribuem com uma maior volatilidade para o fundo.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A 10 de abril de 2023, o Fundo Santander Obrigações Curto Prazo modificou a sua Política de Investimento, relativamente à respetiva Categorização SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*). Desde essa data (10 de abril de 2023), o OIC passou a promover características ambientais e/ou sociais, enquadrando-se na classificação do Artigo 8º Regulamento (UE) 2019/2088.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis irá constar nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2015	10 549 615	11,2346
2016	17 009 171	11,2581
2017	23 278 425	11,2814
2018	13 275 857	11,1748
2019	9 618 997	11,2363
2020	8 367 151	11,2547
2021	7 077 896	11,2090
2022	8 227 312	10,9936
2023	41 500 516	11,3425
2024	75 911 537	11,7181

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	4 029 614	4,9674
2019	4 452 329	5,0056
2020	7 975 277	5,0248
2021	7 433 569	5,0154
2022	6 369 515	4,9298
2023	5 760 774	5,1045
2024	7 201 967	5,3017

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2015	0,44%	1
2016	0,20%	1
2017	0,21%	2
2018	-0,95%	2
2019	0,55%	2
2020	0,16%	2
2021	-0,41%	2
2022	-1,92%	2
2023	3,17%	2
2024	3,32%	2

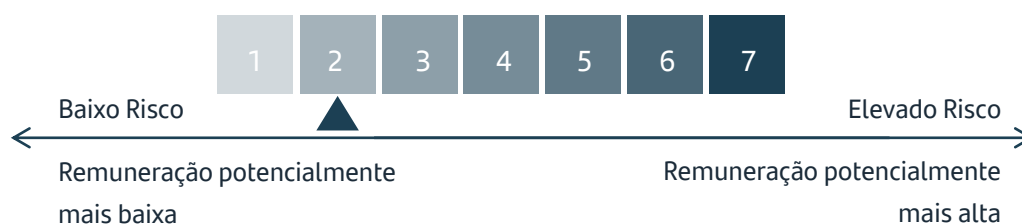
Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

Classe C

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2019	0,77%	2
2020	0,38%	2
2021	-0,19%	2
2022	-1,71%	2
2023	3,54%	2
2024	3,87%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Nota:

Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2 nas classes A e C, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo, nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data;
- Até dia 30 de abril de 2023 a comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe A era de 0,30%, a partir de 1 de maio de 2023 esta passou a ser de 0,5%. A comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe C manteve-se inalterada em 0,09%.
- Até dia 31 de dezembro de 2023 a comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe A era de 0,5%, a partir de 1 de janeiro de 2024 esta passou a ser de 0,6%. A comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe C manteve-se inalterada em 0,09%.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2024-12-31	2023-12-31	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	18 437 775	8 546 522	9 891 253	116%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	25 084 990	11 582 638	13 502 351	117%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	1 711	1 525	186	12%
Total	43 524 475	20 130 686	23 393 790	116%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	4 338 834	2 962 432	1 376 402	46%
Comissões e Taxas	4 232 224	1 510 146	2 722 078	180%
Comissão de gestão	3 875 731	1 341 921	2 533 810	189%
Comissão de depósito	235 395	109 418	125 977	115%
Outras comissões e taxas	121 098	58 807	62 291	106%
Perdas em Operações Financeiras	12 180 524	4 312 514	7 868 009	182%
Impostos	508 687	221 729	286 957	129%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	2 533	2 395	137	6%
Total	21 262 801	9 009 217	12 253 584	136%
Resultado do Fundo	22 261 674	11 121 468	11 140 206	100%

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2024-12-31	2023-12-31
Valores mobiliários	881 911 978	482 453 917
Saldo bancários	48 274 500	13 423 357
Outros ativos	5 900 439	4 554 600
Total dos ativos	936 086 917	500 431 874
Passivo	8 367 339	306 362
Valor Líquido do OIC	927 719 578	500 125 512

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	887 759 549	94,84%	486 964 618	52,02%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	851 354 085	90,95%	467 611 395	49,95%
<i>Títulos de dívida pública</i>	195 534 646	20,89%	69 910 546	7,47%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>		0,00%		0,00%
<i>Obrigações diversas</i>	655 819 439	70,06%	397 700 849	42,49%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	36 405 464	3,89%	19 353 223	2,07%
<i>Obrigações diversas</i>		0,00%	-	0,00%
<i>Papel comercial</i>	36 405 464	3,89%	19 353 223	2,07%
Total do ativo	936 086 917	94,84%	500 431 874	97,31%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2024, aos seus 28 (vinte e oito) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 1 340 248 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 495 612 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 356 572 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 97 060 €;

- Restantes colaboradores (25 colaboradores): 1 382 227 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano 2024 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2024, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2024

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2024 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2024) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 31 de janeiro de 2025

2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)

Divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.o, n.os 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.o, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do Produto: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações
Santander Obrigações Curto Prazo

Identificador de entidade jurídica: 549300UTFPX67GZWSL18. ISIN:
PTYSAJLM0002; PTYSBHMH0017

Características ambientais e/ou sociais

Por «**investimento sustentável**», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de **atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

☐ Sim

☒ Não

☐ Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental:

☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

☐ Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social:

☒ Promoveu características ambientais/ sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 40,95% a investimentos sustentáveis

☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

☒ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

☒ com um objetivo social

☐ Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimento sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

O Fundo promoveu características ambientais e sociais avaliando os seus investimentos subjacentes em função de critérios ambientais, sociais e de governação (ASG), utilizando uma metodologia ASG própria e investindo em emittentes que apresentam práticas ASG sólidas e que cumpriram os fatores de exclusão descritos na estratégia de investimento definida nas divulgações pré-contratuais do Fundo.

Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de governance, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde o Fundo investiu durante o período de referência, tendo sido avaliada uma combinação de fatores ASG, que incluíram, mas não se limitaram a:

- Fatores ambientais, mediante a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo do emittente em questões ambientais, tais como a emissão de gases com efeito de estufa, o esgotamento de recursos, poluição e a gestão recursos hídricos. Estes critérios têm sido aplicáveis tanto a emittentes públicos como privados.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

- Fatores sociais, que envolveram desde questões relacionadas com o local de trabalho, normas laborais ou gestão de talentos, até às relações com as comunidades locais, privacidade e segurança de dados e direitos humanos, entre outros. Do lado da dívida pública, foram avaliados critérios específicos como as políticas e as despesas com a educação e a saúde, o emprego, a qualidade social, o compromisso com diferentes convenções relacionadas com os direitos humanos e laborais, entre outros.
- Fatores de governance, incluindo a qualidade da gestão do emitente, a sua cultura e ética, a eficácia dos sistemas de governação para minimizar o risco de má gestão e a sua capacidade para antecipar riscos operacionais e legais que pudessem representar um potencial incumprimento. Incluíram também fatores relacionados com a composição e a estrutura do conselho de administração. Do lado da dívida pública, foram avaliados critérios específicos, tais como a qualidade da regulamentação e da legislação governamentais, o controlo da corrupção, as despesas em I&D, entre outros.

A avaliação destes fatores para cada emitente assentou na materialidade setorial definida pela Sociedade Gestora como parte da sua metodologia ASG. Adicionalmente, os casos controversos foram também avaliados quanto à gravidade do seu impacto na sociedade, no ambiente e no interesse dos stakeholders (grupos de interesses) e, consequentemente, classificados e integrados na metodologia ASG da Sociedade Gestora.

A Sociedade Gestora também promoveu características ambientais e sociais, recorrendo a atividades de engagement, quer individualmente, quer através de iniciativas de engagement colaborativo, para promover as melhores práticas ASG, tal como definido na sua política de engagement.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade do Fundo ao longo do período de referência é abaixo descrito:

- Indicador de exclusões: O Fundo não realizou qualquer investimento em setores não permitidos pela respetiva política de investimento, de acordo com o procedimento interno da Sociedade Gestora. Ou seja, o Fundo não teve exposição a emitentes cuja atividade seja principalmente focada em atividades relacionadas com o armamento controverso, bem como em combustíveis fósseis não convencionais, produção de eletricidade a partir do carvão e extração de carvão. Adicionalmente, no caso das obrigações governamentais, o Fundo não teve qualquer exposição a países com fraco desempenho em termos de direitos políticos e liberdades sociais.
- Indicador de controvérsias: O Fundo teve 0% de exposição a emitentes que estiveram envolvidos em controvérsias consideradas críticas.
- Classificação/rating média mínima ASG do Fundo: A classificação ASG média dos ativos com rating da carteira (incluindo investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora foi de A- numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG). Este valor foi calculado como a média de rating ASG dos ativos que compõem a carteira (incluindo investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível) considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.
- Percentagem média de ativos do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi de 96,65% durante o período de referência.

● **...e em relação a períodos anteriores?**

Em comparação com os períodos de referência anteriores, o desempenho dos indicadores de sustentabilidade foi:

- Indicador de exclusões: manteve-se em 0%.
- Indicador de controvérsia: manteve-se em 0%.
- Classificação/Rating ASG média mínima do Fundo: este indicador foi de A- em 2022, A- em 2023, e A- neste período de referência.
- A percentagem média dos ativos subjacentes do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi, pelo menos, de 51% nos períodos de referência reportados.

● **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Os objetivos de investimento sustentável deste Fundo foram atingidos através do investimento em emitentes que contribuíram para, pelo menos, um dos objetivos definidos nas divulgações pré-contratuais do Fundo. Na prática, os subjacentes que foram considerados como investimento sustentável correspondem àqueles emitentes que cumpriram, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Emitentes cujas atividades estão alinhadas com o projeto de descarbonização do Acordo de Paris ou são atualmente net zero. Os emitentes que se qualificaram sob este critério contribuíram para atingir objetivos ambientalmente sustentáveis, como a mitigação das alterações climáticas, ajudando a estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera e/ou a adaptação às alterações climáticas, investindo em soluções de adaptação que reduzem substancialmente ou evitam o risco de efeitos climáticos adversos.
- Emitentes cujas práticas têm, pelo menos, 20% das suas receitas alinhadas com os objetivos de mitigação e/ou adaptação da Taxonomia da UE. À data do presente relatório, considerou-se que os emitentes que cumprem este critério contribuíram para os objetivos ambientais de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, tal como acima descrito.
- Emitentes que geram, pelo menos, 20% das suas receitas de produtos e/ou serviços que geraram um impacto ambiental mensurável (ou seja, emitentes que desenvolvem práticas agrícolas sustentáveis, tecnologias de prevenção da poluição ou energia alternativa, de entre outras). Os emitentes que se qualificaram segundo este critério contribuíram para alcançar objetivos ambientalmente sustentáveis, tais como a prevenção e o controlo da poluição, a proteção e a recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos hídricos e marinhos.
- Emitentes que geram, pelo menos, 20% das suas receitas de produtos e/ou serviços que geraram um impacto social mensurável (ou seja, emitentes que desenvolvem soluções de educação, melhoria da conectividade ou soluções de tratamento de doenças, de entre outras). Os emitentes que se enquadram neste critério contribuíram para alcançar objetivos sociais sustentáveis, tais como padrões de vida adequados e bem-estar dos consumidores, colaborando na criação de produtos e serviços que satisfazem as necessidades humanas.
- Emitentes cujas práticas empresariais demonstraram a intenção de contribuir para os objetivos ambientais e/ou sociais sustentáveis do Fundo, através do seu desempenho líder em sustentabilidade tendo em conta a classificação ASG da Sociedade Gestora.

Os investimentos efetuados pelo Fundo em obrigações verdes, obrigações sociais e obrigações sustentáveis foram também considerados como contribuidores para alcançar os objetivos de sustentabilidade ambiental ou social do Fundo, através do financiamento de projetos verdes, sociais ou sustentáveis, de acordo com os padrões de referência, tais como os desenvolvidos pelo organismo internacional Capital Market Association (ICMA).

Quando o Fundo investiu em outros Organismos de Investimento Coletivo, a Sociedade Gestora utilizou os dados e métodos de investimento sustentável divulgados pela Sociedade Gestora dos OICs investidos.

● ***Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável do ponto de vista ambiental ou social?***

Para assegurar que a contribuição positiva para um objetivo de investimento sustentável social e/ou ambiental não tenha prejudicado significativamente outros objetivos durante o período de referência, a Sociedade Gestora aplicou as seguintes salvaguardas, assentes na metodologia interna desenvolvida, com o propósito de verificar que existe uma intenção de não causar esses danos significativos. Estas salvaguardas são:

- Consideração dos indicadores obrigatórios de impactos adversos em matéria de sustentabilidade (PIAS) enumerados no anexo I do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288/97, que complementa o Regulamento (UE) 2019/2088, tal como descrito na pergunta seguinte.
- Atividade em sectores controversos: são analisados e excluídos os emitentes com exposições significativas a atividades controversas em sectores como os combustíveis fósseis, armas controversas, tabaco, entre outros, bem como investimentos expostos a controvérsias graves.
- Desempenho sustentável neutro: foi exigida uma classificação/rating ASG mínima (B) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG) para garantir que as práticas de sustentabilidade de cada emitente cumprem os requisitos mínimos ASG.

Se um investimento direto do Fundo não tiver cumprido algumas destas salvaguardas, a Sociedade Gestora considerou que não é possível garantir que não exista um dano significativo e não foi considerado um investimento sustentável.

Nos casos em que o Fundo investiu em Organismos de Investimento Coletivo de terceiros, a Sociedade Gestora utilizou a metodologia de não causar dano significativo divulgada pelas Sociedades Gestoras terceiros.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Por **principais impactos negativos**, devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito pelos direitos humanos e da luta contra corrupção e o suborno.

A Sociedade Gestora teve em consideração os indicadores obrigatórios dos principais impactos adversos na análise do princípio de não prejudicar significativamente (DNSH).

Para o efeito, a Sociedade Gestora definiu limites de relevância com base em critérios técnicos quantitativos e qualitativos. Os limites foram:

- Limites absolutos: os emitentes com uma exposição significativa a combustíveis fósseis, atividades que afetam áreas sensíveis na biodiversidade, que violam os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, que não dispõem de processos e mecanismos de controlo do cumprimento dessas normas internacionais e/ou que estão expostos a armas controversas são considerados não conformes com o princípio DNSH.
- Limites a nível da indústria: os emitentes que se encontram dentro do limite de pior desempenho do seu setor em termos de emissões de gases com efeito de estufa, água, resíduos e/ou questões sociais e relativas aos trabalhadores foram considerados não conformes com o princípio DNSH.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O respeito pelos direitos humanos faz parte integrante dos valores da Sociedade Gestora e um padrão mínimo para a realização das suas atividades de forma legítima.

Neste sentido, a atuação da Sociedade Gestora baseia-se nos princípios que resultam das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e nos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, de entre outros. Este compromisso reflete-se tanto nas políticas corporativas do Grupo Santander, como nas políticas próprias da Sociedade Gestora e faz parte do procedimento interno de integração do risco de sustentabilidade.

A Sociedade Gestora tem monitorizado periodicamente se os investimentos diretos (cash) incumprem algumas destas orientações internacionais e, em caso de incumprimento é avaliado e gerido de acordo com a relevância do mesmo, o que pode implicar, por exemplo, de entre outras, medidas de engagement.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

No momento da tomada de decisões de investimento o Fundo teve em consideração os principais impactos adversos nos fatores de sustentabilidade. Para o efeito, a Sociedade Gestora monitorizou os indicadores do quadro 1 e dois dos indicadores opcionais dos quadros 2 e 3 do Anexo I das RTS, para avaliar os efeitos negativos que os investimentos efetuados por este Fundo possam causar.

Durante o período de referência, a Sociedade Gestora identificou estes impactos a dois níveis:

- Com base no desempenho relativo de cada emitente para identificar as empresas com o pior desempenho em cada indicador PIAS. Neste sentido, os emitentes com pior desempenho em comparação com o seu setor para todos os indicadores PIAS obrigatórios foram avaliados pela Equipa de ISR de acordo com a relevância do impacto e a recorrência ao longo do tempo, podendo ter implicado, por exemplo, ações de engagement.
- Com base na comparação do desempenho dos indicadores PIAS dos Fundos com os de um índice de referência (benchmark) em termos ASG. Quando o desempenho do Fundo foi pior do que o índice de referência, a Sociedade Gestora analisou a gravidade do impacto, a sua recorrência ao longo do tempo, a probabilidade de sucesso através de ações de engagement, a exposição da carteira e a tipologia do indicador de PIAS para implementar ações de mitigação. Durante o período de referência, estas ações de mitigação foram priorizadas para os indicadores

relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa e /ou violações do Pacto Global das Nações Unidas. Adicionalmente, a Sociedade Gestora também atenuou esses impactos, ajustando as posições que mais contribuíam para o indicador PIAS com pior desempenho face ao seu índice de referência ASG, limitando o aumento da posição ou, em última análise, desinvestindo.

Os dados necessários para o cálculo dos indicadores de PIAS foram proporcionados por fornecedores de dados externos. Foram realizadas análises periódicas, com a colaboração com emitentes e fornecedores de dados ASG, da cobertura e qualidade dos mesmos, para ultrapassar as limitações na disponibilidade e qualidade dos dados indicadores.

A 31 de dezembro de 2024, o desempenho dos indicadores PIAS para este Fundo é o seguinte:

Indicadores	Métrica	Cobertura
1 - Total das emissões de GEE	266110,6 toneladas de CO2eq	96,37%
2 - Pegada de carbono	298,2 toneladas de CO2eq / milhão de EUR investido	96,37%
3 - Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento	1174,2 toneladas de CO2eq / milhão de EUR de entradas	96,52%
4 - Exposição a empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis	2,7%	90,05%
5.1 - Quota-parte do consumo de energias não renováveis	33,7%	95,08%
5.2 - Quota-parte da produção de energias não renováveis	0,4%	100,00%
6 - Intensidade do consumo de energia por sector de elevado impacto climático	0,1 GWh / milhão de EUR de entradas	100,00%
7 - Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista de biodiversidade	1,0%	83,50%
8 - Emissões para o meio aquático	0,0 toneladas / milhão de EUR investido	58,45%
9 - Ratio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos	0,2 toneladas / milhão de EUR investido	94,03%
10 - Violações dos dos Princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas e das Diretrizes da OCDE	0,0%	83,50%
11. Ausência de processos e mecanismos de controlo do cumprimento da conformidade com os princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas e das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais	1,6%	85,00%
12 - Disparidades salariais, não ajustadas, entre homens e mulheres	12,7%	75,81%
13 - Diversidade de género dos órgãos de Administração	28,6%	98,42%
14 - Exposição a armas controversas	0,0%	93,69%
15 - Intensidade de GEE (organizações soberanas supranacionais)	86,5 toneladas de CO2eq / milhão de EUR de PIB	94,84%
16.1 - Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social (Relativo)	0,0%	94,84%
16.2 - Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social (Absoluto)	0,0	94,84%

Indicadores	Métrica	Cobertura
O4 - Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono	52,7%	100,00%
O14 - Número de casos detetados de problemas e incidentes graves em matéria de direitos humanos	0,0	83,50%



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 1/01/2024 - 31/12/2024

Os principais investimentos do Fundo durante o período de referência são:

Maiores Investimentos	Sector	% de ativos	País
ITALY (REPUBLIC OF) RegS	Governamental	7,7%	Itália
FRANCE (REPUBLIC OF)	Governamental	4,2%	França
FRANCE (REPUBLIC OF) RegS	Governamental	4,2%	França
SPAIN (KINGDOM OF)	Governamental	3,1%	Espanha
GERMANY (FEDERAL REPUBLIC OF) RegS	Governamental	1,8%	Alemanha
EUR CASH(Alpha Committed)	Outros	1,5%	União Europeia
BANKINTER SA	Serviços Bancários e de Investimento	1,2%	Espanha
ACCIONA FINANCIACION FILIALES SAU	Serviços Bancários e de Investimento	1,1%	Espanha
MEDIOBANCA BANCA DI CREDITO FINANZ MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,1%	Itália
BANCO SANTANDER SA MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,1%	Espanha
COMMERZBANK AG MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,1%	Alemanha
BANCO DE SABADELL SA MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,0%	Espanha
CITIGROUP INC MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,0%	Estados Unidos
INTESA SANPAOLO SPA MTN RegS	Serviços Bancários e de Investimento	1,0%	Itália
TRATON FINANCE LUXEMBOURG SA RegS	Bens Industriais	1,0%	Alemanha



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade é de, pelo menos, 51% da carteira de ativos do Fundo, de acordo com os critérios ASG definidos nas divulgações pré-contratuais deste Fundo.

Qual foi a alocação dos ativos?

O Fundo cumpriu com a alocação de ativos prevista nas informações pré-contratuais durante o período de referência. Nomeadamente:

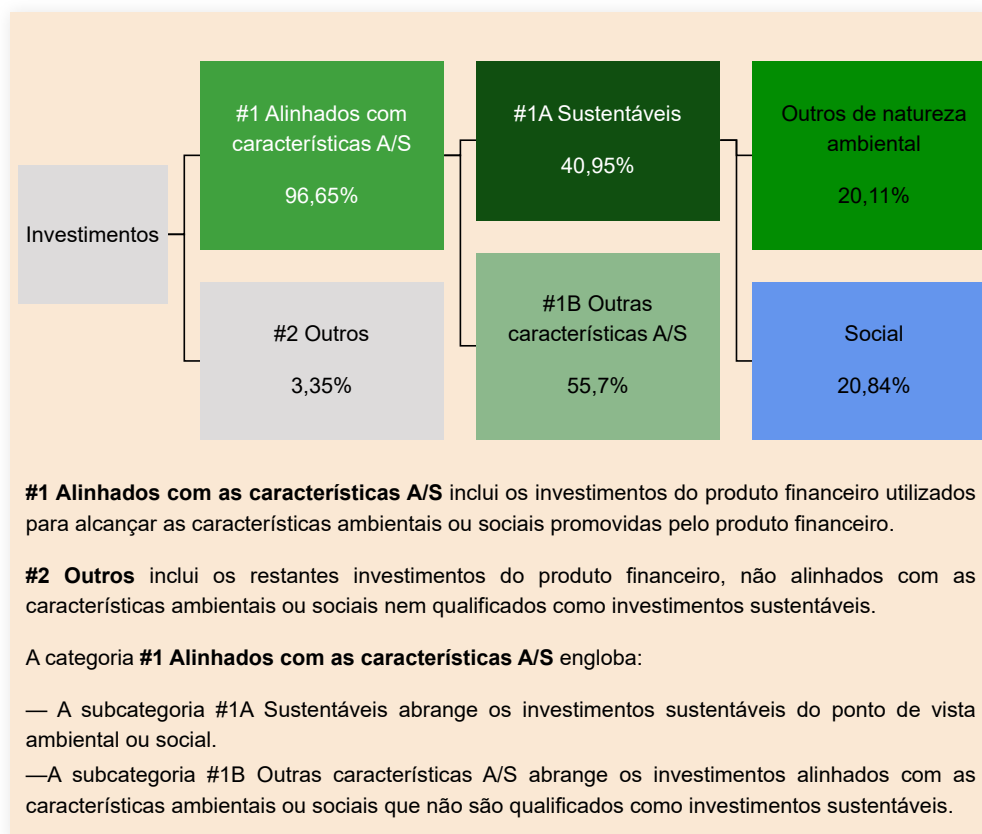
- O Fundo cumpriu o mínimo de 51% dos seus ativos investidos em investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo que promovem características ambientais e sociais, cumprindo a estratégia de investimento ASG acima descrita. Ao longo do período de referência, esta percentagem foi de 96,65%, calculada com base na percentagem média de ativos que

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

promoveram as características do Fundo considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.

- O Fundo cumpriu o compromisso mínimo de 1% em investimentos sustentáveis. Durante o período de referência, a percentagem média de investimentos sustentáveis deste Fundo foi de 40,95%, repartida da seguinte forma:
 - 20,11% correspondente a investimentos ambientais não-alinhados com a Taxonomia.
 - 20,84% correspondente a investimentos socialmente sustentáveis.

As percentagens acima referidas foram calculadas com base na percentagem média de investimentos sustentáveis do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.



● Em que setores económicos foram realizados os investimentos?

Os setores económicos em que foram efetuados investimentos durante o período em análise são:

Setores	% de ativos
Serviços Bancários e de Investimento	56,5%
Governamental	13,3%
Alimentos e Bebidas	4,1%
Automóveis e Autopeças	3,0%
Serviços Públicos	3,0%
Outros	2,8%
Energia - Combustíveis Fósseis	2,6%
Transporte	2,5%
Produtos e Serviços Pessoais e Domésticos	2,0%
Bens Industriais	1,7%
Serviços de Telecomunicações	1,5%
Serviços Industriais e Comerciais	1,4%
Serviços de Consumo Cíclico	0,7%
Recursos Aplicados	0,7%

Setores	% de ativos
Serviços e Equipamentos de Saúde	0,6%
Retalho de Alimentos e Medicamentos	0,6%
Imobiliário	0,5%
Químicos	0,5%
Software e Serviços de TI	0,5%
Farmacêuticas e Pesquisa Médica	0,5%
Retalhistas	0,4%
Produtos de Consumo Cíclico	0,4%
Seguros	0,3%
Empresas de Investimento Holding	0,1%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão dos resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

O Fundo não tem estabelecida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE (gás fóssil, energia nuclear, ambiente, ...) nem tem um objetivo de investimento em conformidade com a Taxonomia da UE. Uma vez que não existe um compromisso de alinhamento mínimo, os dados não são auditados e são apresentados a título informativo.

Os gráficos seguintes relevam o alinhamento do Fundo com a Taxonomia da UE durante o período de referência. Os dados são apresentados a título informativo, uma vez que não refletem o cumprimento de qualquer objetivo ou compromisso mínimo de investimento.

● O produto financeiro investe em actividades relacionadas com gás fóssil e/ou energia nuclear que cumprem com a taxonomia da UE¹?

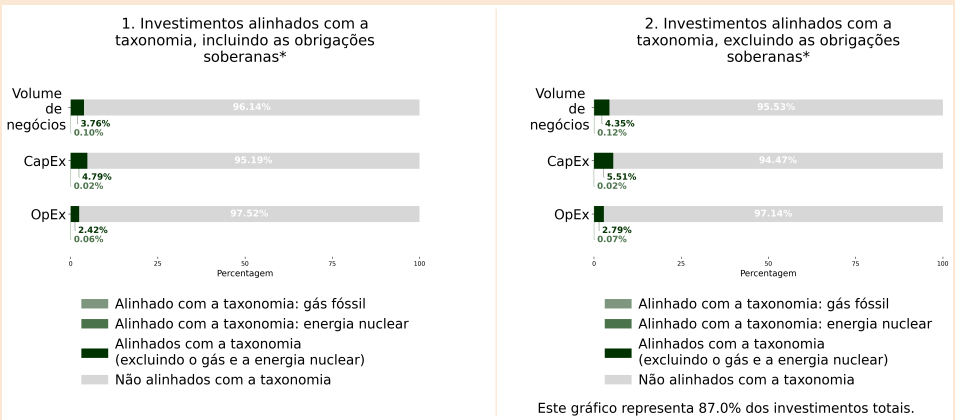
- ☒ Sim
☐ Gas fóssil ☒ Energia nuclear
☐ Não

¹As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE - ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas com a taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes de atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista à transição para uma economia verde.
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Os gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia no que respeita a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*Para efeitos destes gráficos, por «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

Qual foi a percentagem dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?

A percentagem dos investimentos efetuados nas atividades de transição foi de 1,13% do volume de negócio, de 2,3% do CapEx e de 2,84% do OpEx e em atividades capacitantes foi de 0,21% do volume de negócio, 0,28% do CapEx e 0,15% do OpEx dos ativos totais do Fundo durante o período de referência.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores.

O Fundo não tem definida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE. No entanto, a percentagem de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE, em comparação com o período de referência passou de 2,18% em 2023 para 2,47% em 2024.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

A percentagem dos investimentos sustentáveis do Fundo com um objetivo ambiental não-alinhado com a taxonomia da UE foi de 20,11% durante o período de referência.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

A percentagem dos investimentos sustentáveis do Fundo com um objetivo social foi de 20,84% durante o período de referência.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

O Fundo teve uma proporção de 3,35% dos seus ativos durante o período de referência em investimentos que não estão alinhados com as características ambientais e sociais promovidas pelo Fundo. Esta percentagem foi calculada com base na percentagem média do Fundo tendo em conta os investimentos subjacentes no último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

Estes investimentos não alteram a prossecução das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e destinam-se a contribuir para uma gestão eficiente da carteira, gerar liquidez e objetivos de cobertura.

A Sociedade Gestora estabeleceu salvaguardas ambientais ou sociais mínimas para não causar um dano significativo, tais como a consideração dos principais impactos adversos ou a exclusão de atividades não-alinhadas com as características ambientais e/ou sociais do Fundo. Os ativos que podem ser considerados são os seguintes:

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (UE) 2020/852.

- Ativos de investimento direto sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser considerados investimentos sustentáveis. Estes ativos cumprem os critérios de exclusão do Fundo, garantindo assim garantias mínimas.
- Os investimentos em OICs sem classificação/rating ASG por falta de dados e que não podem ser classificados como produtos Artigos 8º ou 9º do Regulamento (UE) 2019/2088. São aplicadas salvaguardas mínimas no âmbito dos procedimentos de seleção dos OICs, desde que estejam em conformidade com os procedimentos internos da Sociedade Gestora.
- Outros Ativos diferentes dos acima indicados (ex: ETC) permitidos pela política do Fundo e aos quais se apliquem salvaguardas mínimas.
- Liquidez no depositário e outras contas correntes utilizadas para as transações diárias do Fundo (ou seja: garantias de derivados, etc.).

Adicionalmente, os procedimentos descritos para a promoção das características ASG não se aplicam aos investimentos em instrumentos financeiros derivados.

Neste caso, a Sociedade Gestora estabeleceu procedimentos para verificar se esses instrumentos não alteram a concretização das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e esses instrumentos podem ser utilizados para efeitos de cobertura e gestão eficiente da carteira do Fundo de Investimento como elemento de diversificação e gestão.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o período de referência, foram tomadas as seguintes medidas para cumprir com as características ambientais e sociais do Fundo:

- A Sociedade Gestora verificou periodicamente se o Fundo cumpre as seguintes exclusões:
 - Foram excluídos os emitentes com exposição (medida em termos de volume de negócios) relacionada com armas controversas e/ou com exposição significativa a combustíveis fósseis não convencionais e/ou atividades de produção de energia a partir de carvão e/ou da extração de carvão.
 - Os emitentes em que foram identificadas controvérsias críticas a nível ambiental, social ou de governação foram excluídos do universo de investimento.
- As emissões de dívida pública foram avaliadas por forma a excluir as que apresentavam um fraco desempenho em matéria de direitos políticos e liberdade social. Para o efeito, a Sociedade Gestora baseou a sua análise num dos dois indicadores seguintes
 - Democracy Index: Indicador que determina a extensão da democracia de 167 países com base em indicadores como processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Numa escala de 1 a 10 pontos, foram excluídos os países que estão abaixo de 6 pontos e que correspondentes a regimes híbridos e autoritários.
 - Relatório Freedom in the World: Indicador que mede o nível de democracia e liberdade política em todos os países e nos territórios mais importantes do mundo numa escala de 3 níveis ("Não livre", "Parcialmente livre" e "livre"), foram excluídos os países classificados como "Não livres".
- A Sociedade Gestora monitorizou periodicamente se o critério de classificação (rating) média mínima ASG dos emitentes dos ativos da carteira (incluindo investimentos diretos ou em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível) tem sido pelo menos A-, de acordo com a metodologia da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG).

Para além disso, a Sociedade Gestora também considerou que os seguintes casos também cumpriam as características ambientais e sociais do Fundo, tendo sido considerados como tal:

- Emitentes sem classificação/rating ASG ou que não cumpriam os indicadores ASG definidos na estratégia de investimento, mas que tinham investimentos que pudessem ser considerados investimentos sustentáveis, e, em concreto, emissões que foram qualificadas como obrigações verdes, sociais ou sustentáveis, poderiam fazer parte do universo de ativos que promovem as características ASG do Fundo, após validação prévia da Sociedade Gestora, de acordo com a sua metodologia de análise própria.
- OICs que embora não tenham classificação/rating ASG atribuída pela Sociedade Gestora, são OICs que promovem características ASG [OICs considerados Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088) e/ou que tenham como objetivo investimentos sustentáveis (Artigo 9º do Regulamento (UE) 2019/2088)].

Os critérios ASG acima referidos, juntamente com o cumprimento dos compromissos mínimos do Fundo, foram integrados no processo de investimento e monitorizados regularmente pela equipa de Compliance da Sociedade Gestora e, em caso de incumprimento, foram tomadas as medidas corretivas necessárias (por exemplo, relatório para a equipa de gestão, comunicação com a equipa de ISR, envio ao comité competente, de entre outras).

Adicionalmente, o desempenho ASG dos emitentes foi sujeito a um acompanhamento sistemático e contínuo pela equipa de ISR da Sociedade Gestora, incluindo o acompanhamento contínuo de potenciais discrepâncias, identificadas pelos gestores de carteiras, entre o conhecimento do emitente e os dados considerados no modelo disponibilizado pelos fornecedores.

Por último, a Sociedade Gestora levou a cabo atividades de engagement para emitentes privados e atividades de voto nos casos em que o tipo de ativo o permite (ações). Estas atividades foram alinhadas com as características sociais e ambientais do Fundo e com as Políticas de Engagement e de Voto aplicáveis da Sociedade Gestora, disponíveis em:

<https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Nenhum índice específico foi utilizado como índice de referência (benchmark) para determinar se este produto financeiro está alinhado com as características sociais e ambientais que promove.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice de referência?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice geral de mercado?***

Não aplicável.

Os índices de referência são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.

3. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total do ativo de 936 086 917 euros e um total de capital do Fundo de 927 719 578 euros, incluindo um resultado líquido de 22 261 674 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo**, em 31 de dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema

de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do Fundo.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

A introdução da presente pronúncia no relatório originou a sua reemissão, em substituição do emitido em 6 de fevereiro de 2025.

Lisboa, 12 de março de 2025



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: **2024-12-31**

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO			
		2024-12-31			2023-12-31			2024-12-31	2023-12-31
Código		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			
	Outros Activos								
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM								
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM								
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>								
	Carteira de Títulos								
21	Obrigações	838 230 708	7 463 932	(188 125)	845 506 514	463 100 693			
22	Ações								
23	Outros Títulos de Capital								
24	Unidades de Participação								
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos da Dívida	36 070 304	335 160		36 405 464	19 353 224			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>874 301 012</u>	<u>7 799 091</u>	<u>(188 125)</u>	<u>881 911 978</u>	<u>482 453 917</u>			
	Outros Activos								
31	Outros activos								
	<i>Total de Outros Activos</i>								
	Terceiros								
411+...+ 418	Contas de Devedores								
424	Estado e Outros Entes Públicos	413			413	413			
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>413</u>			<u>413</u>	<u>413</u>			
	Disponibilidades								
11	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	48 274 500			48 274 500	13 423 357			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>48 274 500</u>			<u>48 274 500</u>	<u>13 423 357</u>			
	Acréscimos e diferimentos								
51	Acréscimos de Proveitos	5 900 026			5 900 026	4 554 187			
52	Despesas com Custo Diferido								
58	Outros acréscimos e diferimentos								
59	Contas transitórias activas								
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>5 900 026</u>			<u>5 900 026</u>	<u>4 554 187</u>			
	TOTAL DO ACTIVO	<u>928 475 951</u>	<u>7 799 091</u>	<u>(188 125)</u>	<u>936 086 917</u>	<u>500 431 874</u>			
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A				75 911 537	41 500 516			
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe C				7 201 967	5 760 774			
	Capital do OIC								
61	Unidades de Participação						414 648 991	235 804 295	
62	Variações Patrimoniais						271 079 871	44 592 173	
64	Resultados Transitados						219 729 043	208 607 575	
65	Resultados Distribuídos								
67	Dividendos antecipados das SIM								
66	Resultado Líquido do Período						22 261 674	11 121 469	
	<i>Total do Capital do OIC</i>						<u>927 719 578</u>	<u>500 125 512</u>	
	Provisões Acumuladas								
481	Provisões para Encargos								
	<i>Total de Provisões Acumuladas</i>								
	Terceiros								
421	Resgates a Pagar aos Participantes								
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes								
423	Comissões a Pagar						537 488	242 220	
424+...+429	Outras contas de Credores						7 824 369	60 615	
43+12	Empréstimos Obtidos								
44	Pessoal								
46	Accionistas								
	<i>Total de Valores a Pagar</i>						<u>8 361 858</u>	<u>302 835</u>	
	Acréscimos e diferimentos								
55	Acréscimos de Custos						5 481	3 527	
56	Receitas com Proveito Diferido								
58	Outros Acréscimos e Diferimentos								
59	Contas transitórias passivas								
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>						<u>5 481</u>	<u>3 527</u>	
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO						<u>936 086 917</u>	<u>500 431 874</u>	
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A						<u>11,7181</u>	<u>11,3425</u>	
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe C						<u>5,3017</u>	<u>5,1045</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2024-12-31

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2024-12-31	2023-12-31	Código		2024-12-31	2023-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: **2024-12-31**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2024-12-31	2023-12-31	Código		2024-12-31	2023-12-31
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	4 338 834	2 962 432	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	17 790 267	8 182 526
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	647 508	363 996
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	6 733	4 323		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	4 225 491	1 505 823	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	12 180 524	4 312 514	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	25 084 990	11 582 638
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	508 687	221 729	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1 656	1 525
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>43 524 420</u>	<u>20 130 686</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 533	2 395		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>21 262 801</u>	<u>9 009 217</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	55	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>55</u>	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>22 261 674</u>	<u>11 121 469</u>	66	Resultado Líquido do Período		
	<i>TOTAL</i>	<u>43 524 475</u>	<u>20 130 686</u>		<i>TOTAL</i>	<u>43 524 475</u>	<u>20 130 686</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	<u>30 687 999</u>	<u>15 448 327</u>	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	<u>55</u>	<u>0</u>
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	<u>0</u>	<u>0</u>	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	<u>22 770 360</u>	<u>11 343 198</u>
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	<u>22 261 619</u>	<u>11 121 468</u>	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	<u>22 261 674</u>	<u>11 121 469</u>

6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-12-2024	31-12-2023
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	644 110 274	470 437 919
Subscrições de unidades de participação	644 110 274	470 437 919
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
Out.Receb.s/Unid.OIC		
PAGAMENTOS:	(238 777 881)	(103 281 948)
Resgates de unidades de participação	(238 777 881)	(103 281 948)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	405 332 393	367 155 971
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	917 476 674	291 100 877
Venda de títulos e outros ativos da carteira	417 179 177	80 229 005
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	490 208 893	200 114 890
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	10 088 604	10 756 982
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(1 284 213 345)	(647 523 989)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(1 279 861 993)	(629 051 746)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		(15 503 682)
Juros e custos similares pagos	(4 338 834)	(2 962 432)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(12 518)	(6 128)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(366 736 670)	(356 423 112)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas		
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	640 195	322 038
Juros de depósitos bancários	638 539	320 510
Outros recebimentos correntes	1 656	1 528
PAGAMENTOS:	(4 384 829)	(1 477 039)
Juros Disp./Emprst.		
Comissão de gestão	(3 763 839)	(1 215 079)
Comissão de depósito	(232 311)	(102 285)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(385 093)	(156 236)
Outros pagamentos correntes	(3 586)	(3 439)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(3 744 634)	(1 155 001)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	55	0
Outros recebimentos de operações eventuais	55	0
PAGAMENTOS:		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	55	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	34 851 144	9 577 858
Disponibilidades no Início do Período:	13 423 357	3 845 498
Disponibilidades no Fim do Período:	48 274 500	13 423 357

7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2023	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2024
		Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C				
Valor base	235 804 295	273 190 061	10 639 658	(101 551 330)	(3 433 694)	-	-	-	414 648 991
Diferença p/Valor Base	44 592 173	359 904 527	376 057	(133 671 569)	(121 318)	-	-	-	271 079 871
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	208 607 575	-	-	-	-	-	11 121 469	-	219 729 043
Resultados do período	11 121 469	-	-	-	-	-	(11 121 469)	22 261 674	22 261 674
Total	500 125 512	633 094 588	11 015 715	(235 222 899)	(3 555 012)	-	-	22 261 674	927 719 579
Nº de Unidades participação									
Categoria A	41 500 516	54 770 557	-	(20 359 536)	-	-	-	-	75 911 537
Categoria C	5 760 774	-	2 127 932	-	(686 739)	-	-	-	7 201 967
Valor Unidades participação									
Categoria A	11,3425	11,5590	-	11,5535	-	-	-	-	11,7181
Categoria C	5,1045	-	5,1767	-	5,1767	-	-	-	5,3017

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria C
Ups >= 25%	-	1
10% <= Ups < 25%	-	1
5% <= Ups < 10%	-	-
2% <= Ups < 5%	-	1
0.5% <= Ups < 2%	13	13
Ups < 0.5%	35 683	91
TOTAL	35 696	107

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2024	31/dez/24	889 537 259	11,7181	75 911 537	38 182 319	5,3017	7 201 967	927 719 578	83 113 504
	30/set/24	731 723 173	11,6371	62 878 595	38 030 132	5,2580	7 232 863	769 753 305	70 111 458
	30/jun/24	628 671 079	11,5026	54 654 823	37 622 074	5,1902	7 248 615	666 293 152	61 903 438
	31/mar/24	509 911 036	11,4190	44 654 487	29 018 298	5,1457	5 639 296	538 929 334	50 293 783
2023	31/dez/23	470 719 713	11,3425	41 500 516	29 405 798	5,1045	5 760 774	500 125 512	47 261 290
	30/set/23	394 247 904	11,1938	35 220 254	30 419 490	5,0321	6 045 036	424 667 393	41 265 291
	30/jun/23	275 959 119	11,1058	24 848 224	30 695 418	4,9872	6 154 822	306 654 538	31 003 046
	31/mar/23	184 611 881	11,0598	16 692 150	31 147 891	4,9621	6 277 133	215 759 772	22 969 283
2022	31/dez/22	90 447 928	10,9936	8 227 312	31 400 144	4,9298	6 369 515	121 848 072	14 596 827
	30/set/22	81 209 676	10,9598	7 409 765	34 274 409	4,9119	6 977 852	115 484 086	14 387 617
	30/jun/22	77 571 448	11,0219	7 037 942	35 188 987	4,9370	7 127 627	112 760 435	14 165 569
	31/mar/22	74 685 466	11,1436	6 702 103	35 681 868	4,9888	7 152 432	110 367 335	13 854 535

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2024, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	Compras (1)*		Vendas (2) *		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida Pública	441 011 785	-	278 214 409	-	719 226 194	-
Obrigações Diversas	687 457 348	-	136 346 403	-	823 803 751	-
TOTAL	1 128 469 133	-	414 560 812	3 858 665	1 543 029 944	3 858 665

*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

(a) Pelo preço de referência

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descrição	Valor		Comissões	
	Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C
Subscrições	633 094 588	11 015 715	-	-
Resgates	235 222 899	3 555 012	-	-

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PORTB 0% 16/05/25	17 791 797	36 303	-	17 828 100	-	17 828 100
KFW 0% 31/03/27	6 420 225	236 425	-	6 656 650	-	6 656 650
KFW 1.25% 30/06/27	3 312 715	102 445	-	3 415 160	22 175	3 437 335
DBR 0.25% 15/02/27	7 714 880	-	(2 640)	7 712 240	-	7 712 240
SGLT 0 07/04/25	6 854 491	59 129	-	6 913 620	-	6 913 620
BOTS 0 06/13/25	28 093 135	294 035	-	28 387 170	-	28 387 170
BOTS 0 07/14/25	37 979 619	318 697	-	38 298 316	-	38 298 316
BOTS 0 08/14/25	3 911 896	28 784	-	3 940 680	-	3 940 680
BOTS 0% 30/05/25	29 401 561	87 923	-	29 489 484	-	29 489 484
BTF 0% 19/03/25	17 070 523	31 953	-	17 102 476	-	17 102 476
BTF 0 04/06/25	18 742 447	53 682	-	18 796 129	-	18 796 129
BTF 0 07/02/25	14 793 869	21 631	-	14 815 500	-	14 815 500
BTF 0% 05/11/25	2 153 370	3 577	-	2 156 947	-	2 156 947
	194 240 527	1 274 584	(2 640)	195 512 471	22 175	195 534 646
01.01.03 - Obrigações diversas						
CXGD 0.375 21/09/27	1 947 750	64 323	-	2 012 073	2 201	2 014 274
EDPPL 1.625 04/15/27	2 181 320	63 319	-	2 244 639	26 726	2 271 365
CMZB 0.75 24/03/26	3 053 191	29 666	-	3 082 857	18 027	3 100 884
ERSTBK 0,875 13/05/27	4 493 670	6 063	-	4 499 733	26 252	4 525 985
CMZB 1 04/03/26	1 961 000	-	(420)	1 960 580	16 603	1 977 183
CMZB Float 12/03/27	800 000	2 804	-	802 804	1 588	804 392
MBGGR 3.5% 30/05/26	3 390 606	47 848	-	3 438 454	70 422	3 508 876
MBGGR Float 19/08/27	1 500 000	1 350	-	1 501 350	6 231	1 507 581
TRAGR Float 21/01/26	1 497 690	9 135	-	1 506 825	12 657	1 519 482
TRAGR4.125% 18/01/25	5 605 684	-	(4 172)	5 601 512	220 270	5 821 782
DB Float 15/01/26	1 100 000	4 015	-	1 104 015	9 126	1 113 141
MBGGR 3.25% 15/09/27	5 087 984	62 200	-	5 150 184	49 044	5 199 228
TRAGR 4% 16/09/25	702 514	1 217	-	703 731	8 208	711 939
DB 1.375 09/03/26	3 944 560	6 100	-	3 950 660	18 082	3 968 742
ALDFP Float 21/02/25	3 309 971	-	(7 315)	3 302 656	13 391	3 316 047
SOCGE Float 19/01/26	6 512 012	8 788	-	6 520 800	49 690	6 570 490
ALDFP Float 06/10/25	2 500 000	7 550	-	2 507 550	23 220	2 530 770
ORFP 3.375% 23/01/27	6 057 000	46 380	-	6 103 380	224 692	6 328 072
BFCM 1% 23/05/25	5 849 082	100 458	-	5 949 540	36 658	5 986 198
ACAFP 1% 18/09/25	2 819 952	145 968	-	2 965 920	8 630	2 974 550
BPCE 3.625% 17/04/26	1 590 512	24 640	-	1 615 152	41 156	1 656 308
BFCM Float 05/03/27	2 500 000	11 838	-	2 511 838	6 598	2 518 436
NNGRNV 3,25%28/05/27	2 036 180	-	(1 200)	2 034 980	38 822	2 073 802
VOD 0.9% 24/11/26	3 187 662	13 206	-	3 200 868	3 092	3 203 960
KBCBB 4.5 06/06/26	6 540 549	-	(1 159)	6 539 390	167 486	6 706 876
UCGIM Float 20/11/28	5 000 000	3 800	-	5 003 800	21 607	5 025 407
NYKRE 0.625 17/01/25	591 300	8 088	-	599 388	3 586	602 974
VPARKI 2.125 16/4/25	3 554 244	34 308	-	3 588 552	54 493	3 643 045
TTLINF 2.20 05/08/25	5 054 741	26 134	-	5 080 875	45 802	5 126 677
SANFP 0.5% 13/01/27	6 379 645	53 092	-	6 432 737	32 402	6 465 139
SOCGEN 1,125 23/1/25	6 944 421	146 349	-	7 090 770	75 074	7 165 844
BNP 2.125 23/01/27	2 870 420	4 060	-	2 874 480	58 079	2 932 559
SOCGEN 0.875 01/7/26	2 523 150	91 989	-	2 615 139	11 910	2 627 049
BPCEGP 0.50 24/02/27	4 719 350	23 550	-	4 742 900	21 370	4 764 270
BPCEG 0,25% 15/01/26	720 856	58 328	-	779 184	1 924	781 108

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
ADPF 2.125% 02/10/26	5 877 724	61 736	-	5 939 460	31 788	5 971 248
SOCG 1,125% 21/04/26	2 930 068	51 242	-	2 981 310	23 579	3 004 889
DGFP Float 05/13/26	2 098 887	2 310	-	2 101 197	9 404	2 110 601
MCFP 2.75 11/07/27	2 495 525	16 850	-	2 512 375	10 360	2 522 735
BPCEGP Float 3/08/27	2 411 856	-	(672)	2 411 184	5 353	2 416 537
SOCGEN 4.125 02/6/27	6 730 290	55 434	-	6 785 724	158 875	6 944 599
HSBC Float 05/10/26	1 603 360	-	(288)	1 603 072	7 825	1 610 897
BFCM Float 09/08/25	1 502 565	-	(60)	1 502 505	3 125	1 505 630
MBGGR Float 09/29/25	1 501 350	-	(1 920)	1 499 430	244	1 499 674
SOCGEN 3 12/02/27	3 494 225	2 433	-	3 496 658	14 096	3 510 754
MDT 0.25 07/02/25	4 920 329	78 472	-	4 998 801	6 346	5 005 147
BACRED 1.125 7/15/25	2 754 101	55 725	-	2 809 826	14 844	2 824 670
SABSM 0.875 22/07/25	9 743 668	144 182	-	9 887 850	39 075	9 926 925
NYKRE Float 27/02/26	1 283 000	5 568	-	1 288 568	4 534	1 293 102
IMBL 3,375% 26/02/26	4 322 438	15 952	-	4 338 390	123 578	4 461 968
EDPPL 0.375 16/09/26	2 787 840	97 110	-	2 884 950	3 298	2 888 248
SABSM 1.125 27/03/25	7 713 500	148 975	-	7 862 475	68 178	7 930 653
UCGIM 0.5 09/04/25	1 752 565	38 338	-	1 790 903	6 602	1 797 505
BAMII 1.75% 28/01/25	2 481 100	16 388	-	2 497 488	40 523	2 538 011
ISPIM 1 19/11/26	4 700 860	137 840	-	4 838 700	5 890	4 844 590
NNGRNV0.375 26/02/25	2 027 700	63 186	-	2 090 886	6 670	2 097 556
GIS 0.45% 15/01/26	2 764 200	171 330	-	2 935 530	12 984	2 948 514
ACAFP Float 07/03/25	1 402 520	-	(1 624)	1 400 896	2 863	1 403 759
CABKSM 0.375 03/2/25	4 491 308	197 271	-	4 688 579	16 036	4 704 615
RBIIV 0,25% 22/01/25	5 708 198	182 598	-	5 890 796	13 904	5 904 700
BACR 1,125% 23/04/25	10 811 194	186 752	-	10 997 946	86 284	11 084 230
VOD 1,875% 11/09/25	882 331	2 735	-	885 066	5 126	890 192
CITIG 3.28% 02/12/25	2 004 000	460	-	2 004 460	5 392	2 009 852
HITTFP 2.25 03/24/25	1 484 200	12 995	-	1 497 195	26 168	1 523 363
SANTA 0,50% 04/02/27	4 767 250	-	(1 000)	4 766 250	22 678	4 788 928
SANTA Float 11/02/25	1 196 502	4 362	-	1 200 864	6 038	1 206 902
SCBNO 0,125 25/02/25	2 887 500	99 885	-	2 987 385	3 186	2 990 571
REPSM 2.25 12/10/26	992 220	2 040	-	994 260	1 356	995 616
VW 3 06/04/25	5 293 905	2 968	-	5 296 873	117 616	5 414 489
BFCM 1,25% 14/01/25	1 170 480	28 776	-	1 199 256	14 467	1 213 723
C 1.25 06/07/26	4 849 530	6 664	-	4 856 194	30 038	4 886 232
Citi 1.75% 28/1/25	6 052 826	142 214	-	6 195 040	100 496	6 295 536
CS 2,125% 13/10/26	1 460 100	30 330	-	1 490 430	6 986	1 497 416
ISPIM 2,125 26/05/25	8 099 895	71 733	-	8 171 628	105 027	8 276 655
MS 1.75% 30/1/25	3 384 500	111 475	-	3 495 975	56 397	3 552 372
BPLN 1.573% 16/02/27	5 861 280	-	(240)	5 861 040	82 518	5 943 558
SANTAN 1.125 23/6/27	4 319 550	4 725	-	4 324 275	26 630	4 350 905
KELLA 1.25% 10/03/25	691 663	6 041	-	697 704	7 120	704 824
CNGEST 1.68% 26/2/25	990 340	6 020	-	996 360	14 230	1 010 590
BKIASM1.125 12/11/26	3 373 300	19 670	-	3 392 970	5 394	3 398 364
ELEPOR 2% 22/4/25	6 359 127	71 524	-	6 430 651	89 770	6 520 420
SANTA Float 01/29/26	1 187 580	17 448	-	1 205 028	7 977	1 213 005
PG 4.875 05/11/27	3 161 100	-	(1 230)	3 159 870	94 161	3 254 031
SRGIM 0% 15/08/25	2 041 576	60 099	-	2 101 675	-	2 101 675
CLNXSM 0.75 15/11/26	4 965 808	35 344	-	5 001 152	5 022	5 006 174
NTT 0.01 03/03/25	1 282 606	10 894	-	1 293 500	108	1 293 608
GS Float 19/03/26	3 515 197	-	(7 742)	3 507 455	4 885	3 512 339
IAGLN 2.75 03/25/25	1 880 550	18 329	-	1 898 879	40 368	1 939 247
CCE 0 06/09/25	2 237 986	158 704	-	2 396 690	-	2 396 690
BACR Float 12/05/26	1 509 375	-	(4 770)	1 504 605	8 400	1 513 005
AMT 0.45 15/01/27	4 728 350	39 000	-	4 767 350	21 639	4 788 989
CCBGB Float 18/09/26	3 000 000	7 710	-	3 007 710	3 807	3 011 517
BNP 1,625% 23/02/26	1 618 360	64 045	-	1 682 405	23 625	1 706 030
BAC Float 22/09/26	4 407 385	18 443	-	4 425 828	4 223	4 430 051
HSBC Float 24/09/26	1 813 170	-	(3 522)	1 809 648	1 509	1 811 157
CCBGB Float 13/09/27	3 000 000	810	-	3 000 810	5 364	3 006 174
JPM 1.5 29/10/26	4 005 120	109 242	-	4 114 362	11 047	4 125 409
ATDB 1,875% 06/05/26	1 542 176	38 464	-	1 580 640	19 726	1 600 366
CABKSM 4% 03/02/25	832 208	-	(31 616)	800 592	29 115	829 707
SANSCF 0,5 01/14/27	3 298 830	43 635	-	3 342 465	16 878	3 359 343
UCGIM 0.925 18/01/28	8 284 380	-	(9 632)	8 274 748	76 063	8 350 811
GM 1 24/02/25	9 212 578	94 137	-	9 306 715	79 577	9 386 292
MS 2.103% 08/05/26	2 874 840	116 160	-	2 991 000	41 138	3 032 138
EOAN 0,875% 08/01/25	199 760	240	-	200 000	1 717	201 717
CABKSM 1.625 13/4/26	2 351 712	37 608	-	2 389 320	28 101	2 417 421
BBVAS Float 26/11/25	1 010 340	-	(2 120)	1 008 220	4 022	1 012 242
GS 1,25 01/05/25	1 735 242	54 876	-	1 790 118	15 103	1 805 221
VLVY 2,625% 20/02/26	1 927 620	70 620	-	1 998 240	45 328	2 043 568
MDT 2.625% 15/10/25	797 216	1 696	-	798 912	4 488	803 400
CS 3.25 02/04/26	1 683 663	16 541	-	1 700 204	41 475	1 741 679
CARLB 3,25% 12/10/25	1 973 140	32 000	-	2 005 140	14 425	2 019 565
CLNXSM2,875 18/04/25	799 104	208	-	799 312	16 258	815 570
IMBL 1.375% 27/01/25	6 950 300	40 530	-	6 990 830	89 413	7 080 243
IBESM 1% 07/03/25	3 168 320	19 296	-	3 187 616	26 301	3 213 917
NWG Float 13/01/26	2 263 900	3 583	-	2 267 483	20 560	2 288 043

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
RY Float 17/01/25	2 506 500	-	(6 238)	2 500 262	19 238	2 519 500
TD Float 20/01/25	3 509 415	-	(8 540)	3 500 875	25 683	3 526 558
ESSITY 1.625 30/3/27	5 584 149	99 402	-	5 683 551	71 897	5 755 448
CS Float 16/01/26	3 707 760	-	(6 280)	3 701 480	33 278	3 734 758
T Float 06/03/25	2 003 600	-	(2 100)	2 001 500	4 733	2 006 233
IGYGY 1 13/04/25	974 130	20 130	-	994 260	7 205	1 001 465
ISPIM Float 17/03/25	3 005 320	-	(2 980)	3 002 340	4 341	3 006 681
JPM 1.638 18/5/28	3 884 330	-	(2 410)	3 881 920	40 928	3 922 848
BFCM 1.25 05/26/27	2 880 654	6 876	-	2 887 530	22 603	2 910 133
IBM 0.95 23/05/25	4 103 172	79 982	-	4 183 154	24 459	4 207 612
BNS Float 02/05/25	1 605 280	-	(3 576)	1 601 704	9 002	1 610 706
BBVA 4.125% 10/05/26	5 904 309	17 108	-	5 921 417	157 360	6 078 777
KHC Float 09/05/25	2 401 496	2 008	-	2 403 504	12 480	2 415 984
AQUASM 2.629% 8/6/27	1 250 340	37 661	-	1 288 001	19 383	1 307 384
BMO Float 06/06/25	2 785 226	-	(1 307)	2 783 919	6 680	2 790 599
NACN Float 06/13/25	1 835 582	-	(2 891)	1 832 691	3 321	1 836 011
SEB Float 06/13/25	4 491 233	-	(4 008)	4 487 225	7 889	4 495 114
ABNA 3,875% 21/12/26	5 132 985	-	(15 535)	5 117 450	5 839	5 123 289
VW 1,375% 20/01/25	6 384 055	43 091	-	6 427 146	84 092	6 511 238
DB Float 11/07/25	2 006 680	-	(2 880)	2 003 800	16 960	2 020 760
CAABNK Float13/01/25	1 004 870	-	(4 590)	1 000 280	8 852	1 009 132
TD Float 21/07/25	1 902 000	3 614	-	1 905 614	13 957	1 919 571
VLVY 3.875% 29/08/26	997 420	17 830	-	1 015 250	13 271	1 028 521
NDASS 4.375 06/09/26	2 499 300	25 175	-	2 524 475	35 060	2 559 535
SANSC Float 14/03/25	6 214 260	-	(8 153)	6 206 107	9 275	6 215 382
BNS Float 22/09/25	2 002 788	2 642	-	2 005 430	1 855	2 007 285
INTNE Float 02/10/26	2 000 000	17 100	-	2 017 100	19 914	2 037 014
RABOBK FLOAT03/11/26	3 400 000	25 670	-	3 425 670	19 731	3 445 401
SHBASS 3.875 10/05/27	7 190 858	-	(7 458)	7 183 400	175 384	7 358 784
ISPIM Float 16/11/25	5 193 500	19 591	-	5 213 091	24 122	5 237 213
OPBANKFloat 21/11/25	1 201 920	1 356	-	1 203 276	4 774	1 208 050
BNS Float 12/12/25	2 500 000	6 225	-	2 506 225	4 711	2 510 936
NWG Float 09/01/26	4 105 720	8 466	-	4 114 186	37 004	4 151 190
VW 3,625% 11/10/26	2 491 900	34 700	-	2 526 600	20 360	2 546 960
ABN Float 15/01/27	2 500 000	16 075	-	2 516 075	20 470	2 536 545
BNP 1,125 11/6/26	3 585 702	119 270	-	3 704 972	23 868	3 728 840
CABNK Float 26/01/26	2 381 000	10 786	-	2 391 786	16 646	2 408 432
CM Float 29/01/27	3 018 300	-	(1 500)	3 016 800	20 048	3 036 848
TELEF 1.447 22/01/27	6 156 760	181 390	-	6 338 150	88 658	6 426 808
BACR 1,375 24/01/26	2 458 750	35 550	-	2 494 300	32 215	2 526 515
VLVY 3.125% 08/09/26	2 993 250	21 840	-	3 015 090	29 538	3 044 628
KBC Float 04/03/26	1 700 000	2 091	-	1 702 091	4 329	1 706 420
LLOYDS Float 05/3/27	1 440 000	5 141	-	1 445 141	3 865	1 449 006
NACN Float 06/03/26	1 701 709	1 403	-	1 703 112	4 085	1 707 196
NWG 1.75% 02/03/26	4 215 104	47 412	-	4 262 516	62 471	4 324 986
MS Float 19/03/27	3 036 000	9 685	-	3 045 685	3 854	3 049 539
GM 1.694 26/03/25	1 790 892	2 340	-	1 793 232	23 475	1 816 707
BNP 1,25% 19/03/25	1 456 800	37 050	-	1 493 850	14 795	1 508 645
CM Float 27/03/26	2 600 000	4 082	-	2 604 082	1 131	2 605 213
OPBANKFloat 28/03/27	895 000	1 356	-	896 356	156	896 512
VW Float 27/03/26	2 100 000	8 568	-	2 108 568	986	2 109 554
LEASY Float 08/04/26	4 001 720	12 800	-	4 014 520	37 778	4 052 298
BMO Float 12/04/27	1 800 000	1 746	-	1 801 746	14 433	1 816 179
UBS Float 12/04/26	3 349 940	2 673	-	3 352 613	25 980	3 378 593
SRGIM Float 15/04/26	1 222 000	2 358	-	1 224 358	9 476	1 233 834
TD Float 16/04/26	3 002 100	900	-	3 003 000	23 004	3 026 004
ISPIM Float 16/04/27	1 403 000	5 023	-	1 408 023	11 418	1 419 441
ABNAMR 0.875 22/4/25	285 231	12 891	-	298 122	1 827	299 949
TOYOTA Float30/04/26	2 356 000	4 170	-	2 360 170	14 233	2 374 403
SEB Float 03/05/27	2 039 000	4 282	-	2 043 282	11 307	2 054 589
BACR Float 08/05/28	1 455 000	5 645	-	1 460 645	8 400	1 469 045
CITI Float 14/05/28	2 263 000	4 209	-	2 267 209	10 965	2 278 174
BBVASM 1.375 14/5/25	1 955 400	33 420	-	1 988 820	17 479	2 006 299
VLVY Float 22/05/26	3 002 400	2 790	-	3 005 190	11 267	3 016 457
SYDB 4.125% 30/09/27	5 976 308	51 191	-	6 027 499	62 011	6 089 510
BBVASM Float 06/7/27	2 300 000	4 669	-	2 304 669	4 895	2 309 564
VW Float 10/06/27	1 300 000	3 172	-	1 303 172	2 898	1 306 070
BNS Float 10/06/27	2 505 700	-	(2 475)	2 503 225	5 191	2 508 416
BNS Float 17/06/26	2 500 500	3 050	-	2 503 550	3 378	2 506 928
CAABNK Float18/07/27	784 000	3 693	-	787 693	6 546	794 239
MO 1.7 15/06/25	2 680 749	-	(1 538)	2 679 211	25 151	2 704 362
DGELN Float 06/20/26	1 999 200	4 020	-	2 003 220	2 101	2 005 321
RY Float 02/07/28	2 727 000	1 226	-	2 728 226	26 739	2 754 965
RABOBK FLOAT16/07/28	3 099 744	-	(410)	3 099 334	24 380	3 123 714
TOYOTA Float18/08/25	2 700 000	1 998	-	2 701 998	10 742	2 712 740
HEIANA 1,25%17/03/27	3 766 060	116 540	-	3 882 600	39 726	3 922 326
VW Float 14/08/26	1 800 000	2 592	-	1 802 592	8 602	1 811 194
VLVY 3.125% 26/08/27	2 798 348	21 868	-	2 820 216	30 685	2 850 901
TD Float 10/09/27	5 000 000	7 350	-	5 007 350	10 536	5 017 886
CABKS Float 19/09/28	3 000 000	7 665	-	3 007 665	3 754	3 011 419

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
AT 1.8% 05/09/26	5 890 400	112 915	-	6 003 315	35 798	6 039 113
BATSLN 2.75 25/03/25	1 582 400	16 752	-	1 599 152	33 995	1 633 147
DANBK Float 02/10/27	5 000 000	13 450	-	5 013 450	47 130	5 060 580
CM Float 10/18/28	3 400 000	16 116	-	3 416 116	28 390	3 444 506
RY Float 11/04/26	4 167 000	2 083	-	4 169 083	23 242	4 192 325
VW 3.25% 19/05/27	2 494 500	6 025	-	2 500 525	9 572	2 510 097
MDT 1,125% 07/03/27	7 364 630	-	(19 914)	7 344 716	70 274	7 414 990
BACRED 1.625 07/1/25	5 522 210	126 491	-	5 648 701	90 307	5 739 008
ERGIM 1.875 04/11/25	2 589 248	30 371	-	2 619 619	35 734	2 655 353
	643 990 181	6 189 347	(185 485)	649 994 043	5 825 396	655 819 439
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
01.03.11 - Papel comercial						
PC INTESA 25/02/25	3 367 875	116 095	-	3 483 970	-	3 483 970
PC ACCIONA 08/01/25	2 939 601	58 226	-	2 997 827	-	2 997 827
PC MASMOVIL 13/01/25	3 564 453	31 302	-	3 595 755	-	3 595 755
PC CAF 15/01/25	1 983 076	14 197	-	1 997 273	-	1 997 273
PC Metrovace 17/1/25	1 684 670	12 879	-	1 697 549	-	1 697 549
PC Grenergy 24/1/25	2 374 016	19 217	-	2 393 233	-	2 393 233
PC ACCIONA 06/02/25	5 750 403	30 807	-	5 781 210	-	5 781 210
PC Automotiv 12/2/25	2 974 563	14 088	-	2 988 651	-	2 988 651
PC VW AG 15/01/25	4 477 315	16 963	-	4 494 278	-	4 494 278
PC BANKINTER 29/1/25	4 475 512	13 803	-	4 489 315	-	4 489 315
PC Acciona 3/3/25	2 478 821	7 583	-	2 486 404	-	2 486 404
	36 070 304	335 160	-	36 405 464	-	36 405 464
TOTAL	874 301 012	7 799 091	(188 125)	881 911 978	5 847 571	887 759 549

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2023	Aumentos	Reduções	31-12-2024
Depósitos à ordem	13 423 357	1 562 227 198	1 527 376 055	48 274 500
TOTAL	13 423 357	1 562 227 198	1 527 376 055	48 274 500

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.

- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Rendimentos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Total
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Total	Juros vencidos	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	13 566 046	8 789 693	22 355 738	11 910 112	5 847 571	-	17 757 683
Unidades de Participação	-	-	-	-	-	-	-
Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	595 053	52 455	-	647 508
Instr. Dívida c/ Prazo	1 296 526	1 432 725	2 729 251	32 583	-	-	32 583
OPERAÇÕES "A PRAZO"			-				-
Cambiais			-				-
Cambiais a Vista	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro			-				-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Cotações			-				-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14 862 572	10 222 418	25 084 990	12 537 749	5 900 026	-	18 437 775

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões suportadas		Total
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Total	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	10 617 947	332 992	10 950 938	4 338 834	-	4 338 834
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de Participação	-	-	-	-	-	-
Direitos	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-	-
Instr. dívida	1 229 585	-	1 229 585	-	-	-
OPERAÇÕES "A PRAZO"						
Cambiais						
Cambiais a Vista	-	-	-	-	-	-
Futuro de Moeda	-	-	-	-	-	-
Sports	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	-	-	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	-	-	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	3 875 731	-	3 875 731
De Depósito	-	-	-	235 395	-	235 395
De Carteira de Títulos	-	-	-	6 733	-	6 733
De Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	-	-	-
Taxa de Supervisão	-	-	-	105 230	-	105 230
Outras comissões	-	-	-	9 135	-	9 135
TOTAL	11 847 532	332 992	12 180 524	8 571 058	-	8 571 058

Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho.

Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação “à saída”, com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2024 o imposto suportado pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

Descritivo	31-12-2024	31-12-2023
Impostos pagos em Portugal	508 687	221 729
Impostos sobre rendimento de capital		
Mais Valias	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
Impostos Indiretos		
Imposto de Selo	508 687	221 729
Outros Impostos	-	-
Impostos pagos no estrangeiro	-	-
Impostos sobre rendimentos de capital		
Dividendos	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
TOTAL	508 687	221 729

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2024 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	367 948 664	-	-	-	-	367 948 664
de 1 a 3 anos	261 493 155	-	-	-	-	261 493 155
de 3 a 5 anos	12 273 658	-	-	-	-	12 273 658
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2024:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	927 719 578	500 125 512
Carteira com derivados	927 719 578	500 125 512
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2024 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria C	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	3 998 780	0,63%	31 981	0,09%
Comissão de Depósito	232 363	0,04%	12 447	0,04%
Taxa de Supervisão	99 880	0,02%	5 350	0,02%
Custos de Auditoria	2 242	0,00%	120	0,00%
Encargos outros OIC	-	-	-	-
Outros Custos Correntes	335 372	0,05%	17 965	0,05%
TOTAL	4 668 636		67 864	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,73%		0,20%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.